



Ofício SUGESP/PGM – Nº 062/2023

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2023.

Senhor Procurador-Geral,

Com os meus cumprimentos, encaminho a V.Sa. a manifestação desta Subsecretaria, referente ao **Ofício nº 19796/2023, Processo nº 1088884**, oriundo do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que faz referência à recomendação de se observar o limite constitucional para a acumulação de cargos públicos nas próximas contratações de profissionais de saúde, bem como de adotar medidas para coibir a contratação de profissionais que já possuam dois ou mais vínculos com a administração.

Primeiramente, cabe ressaltar que as contratações administrativas temporárias no âmbito do Município de Belo Horizonte regem-se pela Lei Municipal 11.175/2019, pela Instrução Normativa Municipal nº 058 de 25 de Abril de 2023 e pelos editais de cada processo. O Art. 6º da referida lei cita expressamente a vedação do acúmulo e traz também as exceções previstas na Constituição Federal:

Art. 6º - É vedada a contratação por tempo determinado:

I - de servidor da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias ou controladas;

II - das pessoas de que trata o art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Parágrafo único - Excetua-se do disposto no caput deste artigo a contratação de servidor enquadrado nas hipóteses previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição da República de 1988, desde que comprovada a compatibilidade de horários.

Em que pese os processos seletivos simplificados serem realizados por cada órgão e entidade, informamos que a etapa do ingresso dos contratados é de competência da SUGESP, que já adotava termo de compromisso que constava entre outras coisas, a seguinte afirmação:

"Sob as penas da Lei e em conformidade com o disposto no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, DECLARO para os devidos fins:

- Não ser servidor(a) da Administração Direta ou Indireta da União, do Estado ou de Município, tampouco empregado(a) ou candidato(a) de empresa subsidiária ou controlada pelos entes federativos referidos.

(...)

Ao Senhor

HÉRCULES GUERRA

Procurador-Geral do Município

BELO HORIZONTE/MG



Apesar da Lei que rege o vínculo já trazer expressamente as hipóteses de acúmulo, esclarecemos que, visando aprimorar ainda mais nossos processos e coibir o ingresso de agentes públicos com acumulação ilícita, à partir de dezembro/2023 passamos a adotar novo termo de compromisso, bem como o Formulário de Boletim de Funções e Atividades, onde ficam expressas, de forma clara e direta, as vedações do acúmulo de cargos e as hipóteses excepcionais previstas na Constituição Federal, com a referência das escalas e jornadas para fins de verificação da compatibilidade de horários. Encaminhamos os novos termos para ciência.

Por fim, salientamos que as contratações administrativas no âmbito da Saúde e Políticas Sociais (SMSA e SMASAC) são integralmente realizadas por cada uma dessas Pastas. Neste sentido, compartilharemos com as unidades de RHs destas Secretarias a recomendação emitida pelo TCE, bem como os novos formulários para fins de ajustes internos.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

FERNANDA DE SIQUEIRA NEVES

Subsecretária de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SMPOG